



A Expansão Militar Européia e os Povos Ultramarinos – o Caso do Brasil Quinhentista

João Paulo Oliveira e Costa*

Resumo: Estudo sintético do modo como os portugueses conduziram a guerra no Brasil quinhentista, enquadrando esta ação no processo global da expansão europeia na Idade Moderna e salientando o papel peculiar desempenhado por religiosos da Companhia de Jesus e pelos nativos.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, forças militares portuguesas, o papel do índio.

A descompartimentação do mundo, a partir do século XV, propiciou a circulação de seres humanos, animais, plantas, idéias, técnicas e conhecimentos em todas as direções, embora o processo fosse conduzido e controlado por povos europeus.¹

histoire d'une diversité de l'Océan Indien à l'Atlantique Sud, direção de Katia de Queiroz Mattoso, Paris: L'Harmattan, 1997; Hugh Thomas, *The Slave Trade. The history of the Atlantic slave trade 1440-1870*, Londres: Papermac, 1998; Geoffrey Parker, *The Military Revolution, Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989; Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, 2 v., Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1965-1977; David J. Bosch, *Dynamique de la mission chrétienne, histoire et avenir des modèles missionnaires*, Paris-Lomé-Genebra: Karthala, 1995; Alfred W. Crosby, *Ecological Imperialism. The biological expansion of Europe, 900-1900*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989; José Mendes Ferrão, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa: IICT-CNCDP Fundação Berardo, 1992. No que respeita à expansão portuguesa recomendamos especialmente ainda *Portugal no Mundo* (dir. de Luís de Albuquerque), 6 v., Lisboa: Afa, 1989; Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994; o nosso artigo "A diáspora missionária" in *História Religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira Azevedo), 3 v., Lisboa: *Círculo dos Leitores*, v. 2 (Humanismos e Reformas, coord. de João Francisco Marques e de Antônio Camões Gouveia), 2000, p. 255-313.

* Professor-Doutor da Universidade Nova de Lisboa. Comunicação apresentada em 13 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

¹ Sobre esse fenômeno multifacetado há obviamente uma bibliografia vasta que analisa setorialmente as diferentes dinâmicas que deram corpo a tão complexo "jogo de trocas" em diferentes direções. Dessa lista numerosa destacamos as seguintes obras: *História Econômica e Social do Mundo* (dir. de Pierre Léon), 6 v., Lisboa: Sá da Costa, 1983-1984; Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Século XV-XVIII*, tomo 11, *Os Jogos das Trocas*, Lisboa – Rio de Janeiro: Ed. Cosmos, 1985; Vitorino Magalhães Godinho, *Descobrimentos e Economia Mundial*, 4 v., Lisboa: Editorial Presença, 1982-1983; *Esclavages*:

O Brasil é um caso paradigmático dessa realidade: veja-se que, logo no primeiro contato oficial dos portugueses com a sua orla costeira, entre os tripulantes da armada de Cabral contavam-se não só portugueses, mas também homens de outras nações européias e mesmo de outros continentes;² depois, a lenta formação do espaço brasileiro decorreu sob o domínio português e foi marcada pela introdução de inúmeras inovações oriundas da Europa e pela imposição da cultura lusíada;³ ainda assim, a paisagem da orla costeira do país, por exemplo, foi particularmente influenciada pelo mundo asiático, pois muitas das praias onde predominava o cajueiro passaram a estar cobertas pelos coqueiros oriundos da Índia,⁴ ao mesmo tempo que o primeiro grande produto de exportação, o açúcar, era igualmente uma planta nativa da Ásia, que depois se adaptara a muitas zonas do Atlântico tropical.

A população, por sua vez, em muitas zonas do país formar-se-ia pela convivência de três grupos distintos – o indígena, o colono português e o escravo africano. Essa simbiose, embora marcada por muitas cli-

vagens sociais e ráticas, originadoras de tensões, de subordinações forçadas e mesmo de processos de aculturação indesejada, gerou igualmente formas culturais variadas, mestiçadas, nomeadamente no folclore e na religião.

Ao analisarmos o modo como os portugueses dominaram gradualmente o espaço brasileiro, notamos que a dinâmica militar que sustentou esse processo só pode ser compreendida se tivermos em conta essa realidade multicultural e multiétnica e se conhecermos os seus artífices – os indivíduos que mais contribuíram para o estabelecimento de relações estáveis entre homens com culturas extremamente diferentes. Desejamos, assim, estudar, ainda que sumariamente, o modo como os portugueses conduziram a guerra no Brasil quinhentista, enquadrando essa ação no processo global da expansão européia na Idade Moderna e salientando o papel peculiar que foi aí desempenhado por religiosos da Companhia de Jesus.⁵

A FIXAÇÃO DOS EUROPEUS NO MUNDO ULTRAMARINO – O PAPEL DOS INDÍGENAS

Desde o século XV, os europeus começaram a estabelecer entrepostos comerci-

2 Cf. o nosso artigo “A Armada de Pedro Álvares Cabral: significado e protagonistas” in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), 2000, p. 37.

3 Para a história do Brasil quinhentista seguimos, como obras de referência, os seguintes estudos: Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa: Edições Cosmos, 1995; *Império (O) Luso-Brasileiro, 1500-1620* (coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva), Lisboa: Estampa, 1992 (v. VI, da colecção *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques).

4 Cf. José Mendes Ferrão, op. cit., p. 306-307; Luís Filipe Thomaz, “Especiarias do Velho e do Novo Mundo (notas histórico-filológicas)”, in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Lisboa/Paris, v. XXXIV, 1995, p. 286-287.

5 Para a história dos jesuítas e da sua ação no Brasil são particularmente úteis as seguintes obras: William Bangert S. J., *História da Companhia de Jesus*, Porto/São Paulo: Livraria Apostolado da Imprensa e Edições Loyola, 1985; Dauril Aiden, *The Making of an Enterprise, the Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford, 1996; Serafim Leite S. J., *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*, Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993; *Monumenta Brasiliæ* (ed. Serafim Leite S. J.), 5 v., Roma, 1956-1968.

ais, guarnições militares e mesmo colônias fora do seu espaço tradicional. Inicialmente, os portugueses ergueram um império marítimo, que os levou a ocupar arquipélagos atlânticos, a erguer fortalezas na costa ocidental africana e depois uma rede de estabelecimentos, majoritariamente militares, na orla costeira do oceano Índico, ao mesmo tempo que controlavam o litoral brasileiro. Os espanhóis, por sua vez, estabeleceram desde cedo um império colonial, baseado na conquista de territórios do Novo Mundo.⁶

Mais tarde, outros povos europeus seguiriam os ibéricos, adotando práticas relativamente semelhantes: conquistas territoriais no continente americano, estabelecimento de algumas posições na África e formação de redes de comércio marítimo no Oriente, apoiadas primeiramente por bases sediadas em reinos aliados ou pelo domínio de pequenos enclaves em pontos estratégicos do oceano.

Esse movimento de domínio de territórios ultramarinos não decorreu apenas da supremacia tecnológica dos europeus. Os seus conhecimentos mais apurados ao nível de armamento dificilmente compensavam o número assaz reduzido de indivíduos que sulcavam os mares e que, no início, desconheciam as regiões a que chegavam. Assim, o sucesso da expansão europeia resultou em grande medida da habilidade dos ocidentais que conseguiram estabelecer alianças com muitas das populações ou reinos dessas paragens longínquas. Capazes de explorar as divisões internas, raramente

enfrentaram a oposição generalizada dos nativos, e, quando isso sucedeu, tiveram, em regra, que se retirar.

Olhando para o processo expansionista europeu na sua globalidade, podemos encontrar inúmeros exemplos que sustentam essa idéia. Os espanhóis, por exemplo, contaram com a colaboração de indígenas na conquista dos espaços americanos, fosse no caso de Hispaniola,⁷ fosse depois no caso da dominação dos impérios dos astecas ou dos incas. Nesses casos, as escassas centenas de conquistadores que acompanhavam Cortés e Pizarro se beneficiaram da colaboração de milhares de índios pertencentes a grupos que estavam subjugados aos grandes conquistadores ameríndios. Conforme nos referem Bernand e Gruzinski, Cortés, ao penetrar no planalto mexicano, “teve em conta os dados principais do mapa político do México: a dominação longínqua, recente, brutal e malsuportada dos *mexica* de México-Tenochticán sobre os povos tributários”.⁸

Assim, o capitão castelhano apresentou-se como um libertador,⁹ ao marchar em di-

6 Sobre essa matéria seguimos especialmente os seguintes estudos: Marianne Mahn-Lot, *La Conquête de l'Amérique Espagnole*, Paris: PUF, 1974; Carmen Bernand e Serge Gruzinski, *Histoire du Nouveau Monde*, 2 v., Paris: Fayard, 1991-1993.

7 O caráter insular desse território, onde se acentuava a superioridade militar dos castelhanos e a fragilidade dos índios face às doenças que aqueles lhes transmitiam, contribuíram consideravelmente para o desaparecimento de milhões de autóctones em pouco mais de um decênio. Ainda assim, os invasores contaram com a colaboração ou com a passividade de algumas etnias, como os *arawak* e os *taino* (cf. Carmen Bernand e Serge Gruzinski, op. cit., p. 252-257). Depois, o domínio de outras ilhas, como Cuba, terá sido mais fácil. Nesse caso, a população era menor e os conquistadores eram veteranos da ocupação de Hispaniola; além disso, o fato de ser um espaço fechado limitava consideravelmente a capacidade de resistência dos nativos (cf. *ibidem*, p. 272-274).

8 Carmen Bernand e Serge Gruzinski, op. cit., p. 306.

9 Cf. *ibidem*, p. 307.

reção à capital de Montezuma levava consigo os 450 homens que o seguiam desde Cuba e um forte contingente de *campoaltecas* e, antes de chegar ao destino, ainda se aliou aos *tlaxcaltecas*. Foi mesmo em território *tlaxcala* que Cortés se recuperou das pesadas perdas sofridas na *noche triste* e que reorganizou a sua máquina militar; foram ainda os indígenas que lhe garantiram os meios humanos suficientes para o bloqueio eficaz da capital asteca e sua rendição.¹⁰

Também Pizarro, na sua campanha pelos Andes, beneficiou-se inicialmente do efeito surpresa causado pela sua aparição inesperada e da guerra civil que dividia o império inca. No entanto, quando avançou para Cuzco e, mais tarde, para Quito, o seu pequeno corpo expedicionário havia engrossado com uma aliança de vários grupos políticos e sociais do império inca que estavam insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos, ou que apostaram deliberadamente na ligação aos recém-chegados.¹¹

O domínio das Filipinas também assentou no mesmo modelo; depois de ter estabelecido relações pacíficas com populações da Ilha de Cebu, Legazpi partiu à conquista de Manila, em 1570, com 230 arcabuzeiros e 500 aliados *visayas*.¹²

Do mesmo modo, o estabelecimento dos portugueses no Índico beneficiou-se da fragmentação política que caracterizava toda a linha de costa desde o Sudeste Africano até a Indochina, tal como já acontecera anteriormente em Marrocos. Aqui, os momentos de

apoio da presença lusa sucederam quando as divisões internas levaram algumas populações da fachada atlântica marroquina a preferirem sujeitar-se aos portugueses.¹³

No Oriente, o apoio espontâneo que receberam dos reis de Melinde, de Cananor e de Cochim, assim como das comunidades não-muçulmanas de Malaca foi particularmente decisivo para o rápido sucesso luso nas águas orientais.¹⁴

As vitórias em sucessivas batalhas navais foram alcançadas pelos portugueses sem o apoio de forças locais, mas os exércitos que conquistaram Goa e Malaca incluíam centenas de guerreiros asiáticos, fato que os cronistas referem, em regra, discretamente.¹⁵

Na conquista de Goa, em novembro de 1510, o Exército português contaria perto de dois mil homens, que tiveram, sem dúvida, um papel preponderante no desenrolar

13 Sobre essa questão específica, são particularmente úteis os estudos de Bernard Rosemberger, "Le Portugal et l'Islam Maghrebain (XV-XVI siècles)", in *Histoire du Portugal, Histoire Européenne*, Paris: CCP, 1987, p. 59-84; André Pinto S. D. Teixeira, "Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta queda capitão de Safim" in *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos* (coord. de João Paulo Oliveira e Costa), Cascais: Patrimonia Historica, 2000, p. 161-205.

14 Sobre essa matéria vide Sanjay Subrahmanyam, *O Império Português da Ásia, 1500-1700*, Lisboa: Difel, 1996 (tradução da edição inglesa de 1993); o nosso artigo "A Colonização da Ásia pelos Portugueses" in *Portugal no Mundo* (dir. de Luís de Albuquerque), 6 v., Lisboa: Alfa, 1989, v. 3, p. 158-179.

15 A propósito da força que Afonso de Albuquerque e D.Fernando Coutinho lançaram contra Calicute, nos primeiros dias de 1510, em que se contavam centenas de guerreiros de Cochim, João de Barros comenta: "Posto que estes malabares, ainda que sejam mui destros na guerra que têm entre si, em nossa companhia he gente que melhor se aproveitita, e mais tento tem no roubo, que na peleja quando vem tempo." João de Barros, *Da Ásia*, 24 v., Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975, década II, livro iv, capítulo 1.

10 Cf. Marianne Mahn-Lot, op. cit., p. 32-35.

11 Cf. Carmen Bernand e Serge Gruzinski, op. cit., p. 455-485; Marianne Mahn-Lot, op. cit., p. 44-50.

12 Cf. Marcelino A. Foronda Jr. e Cornelio R. Baseara, *Manila*, Madri: Editorial Mapfre, 1992, p. 80.

dos acontecimentos; no entanto, não pode ser ignorada a participação no assalto de seis mil indianos fornecidos por Timoja¹⁶ e da presença nas imediações da cidade de mais 15 mil guerreiros enviados pelo sogro do aliado de Albuquerque. Finalmente, os sobreviventes da guarnição maometana que controlava a cidade quando fugiam ainda foram atacados e chacinados pela população hindu das aldeias em redor.¹⁷ Após a tomada da ilha, o seu patrulhamento foi assegurado por oficiais portugueses auxiliados por cerca de mil homens de Timoja e por outros mil soldados da terra.¹⁸ Depois, a defesa de Goa continuou a estar parcial-

mente confiada a tropas indianas, o mesmo sucedendo, por exemplo, no que respeita à província do Norte.¹⁹

No caso do ataque a Malaca, no verão do ano seguinte, o *Terribil* comandava oitocentos portugueses e duzentos malabares e contou ainda com o apoio de forças ligadas a algumas das comunidades locais, nomeadamente os *quelins* e os chineses.²⁰ A esse propósito, Luís Filipe Thomaz afirma que “a sua [dos portugueses] política era tanto quanto possível dividir para reinar; em princípio procuravam hostilizar os mouros – a um tempo rivais no comércio e tradicionais inimigos em política e religião; com Afonso de Albuquerque tentavam fazê-lo com o apoio dos gentios, a cujos olhos queriam passar por libertadores; na prática, dada a sua pouquidão numérica, convinha-lhes não desprezar qualquer apoio que se lhes oferecesse – viesse de mouros ou de gentios”.²¹

Sintomaticamente, a única região onde o processo de fixação dos portugueses fracassou totalmente no primeiro quartel quinhentista foi na China, precisamente o único grande império asiático cujo governo central dominava eficazmente a sua linha de costa.²² Mais tarde, os chineses acederiam

16 Sobre esse aliado indiano dos portugueses vide Geneviève Bouchon, “Timoji, un corsaire indien au service du Portugal” (1498-1512) in *Inde découverte, Inde retrouvée 1998-1630. Études d'histoire Indo-portugaise*, Paris: CCP, 1999, p. 237-246. Sobre os guerreiros disponibilizados por Timoja, vide *Ásia*, II, v. 8.

17 Cf. Geneviève Bouchon, *Albuquerque, le lion des mers d'Asie*, Paris: Éditions Desjonquieres, 1992, p.187-189. Segundo Fernão Lopes de Castanheda, Albuquerque mandou na perseguição dos mouros “homens baixos que foram degredados de Portugal dous a cada passo cada um com cem piães canarins” (Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 v., Porto: Civilização, 1979, livro III, cap. xliii). O próprio Afonso de Albuquerque, em 22 de dezembro de 1510, referiu numa carta a D. Manuel I que “alguns gentios principais, a que os turcos têm tomado suas terras, sabendo a destruição de Goa desceram da serra onde estão recolhidos e vieram em minha ajuda e tomaram os passos e caminhos e todos os mouros que escaparam de Goa trouxeram à espada e não deram vida a viva criatura”. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* (dir. de R. A. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça), 7 v., Lisboa, 1884-1935, v. 1, p. 27). Também neste caso, os conquistadores europeus surgiram aos olhos de uma parte da população local como libertadores.

18 Cf. Victor Luís Gaspar Rodrigues, “Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do Estado da Índia, in *Revista Militar*, Lisboa, v. 51, n. 1/99, p. 59-93.

19 No que respeita à província do Norte, que abrangia os territórios entre Chaul e Damão, vide Victor Luís Gaspar Rodrigues “A Organização Militar da Província do Norte durante o século XVI e Princípio do Século XVII”, in *Mare Liberum*, Lisboa: CNCDP, n. 9, 1995, p. 247-265.

20 Cf. Geneviève Bouchon, *Albuquerque...*, p. 197-200.

21 Luís Filipe Thomaz, “Nina Chatu e o Comércio Português de Malaca”, in *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994, p. 493.

22 Sobre esta matéria veja-se o nosso estudo “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho manuelino ao realismo joanino” in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês. Séculos XVI-XIX* (Organização e coordenação de Antônio Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves), Macau: Instituto Português do Oriente, 1996, p. 11-84.

à fixação dos portugueses em Macau, mas manteriam o resto do seu território inviolável até meados do século XIX;²³ o mesmo sucedeu no caso do Japão, que, sob o governo autoritário e centralista dos xoguns Tokugawa manteve uma política independente e assaz restritiva em relação aos europeus igualmente até meados de 1800.²⁴

Esses tipos de acordos não resultaram apenas do pragmatismo dos oficiais que atuavam no terreno. Os próprios dirigentes da expansão portuguesa sempre alimentaram a esperança de estabelecer alianças formais com potentados ultramarinos. O mito do Preste João constituiu mesmo um dos principais estímulos do processo expansionista durante uma centúria, pois tanto o infante D. Henrique (1394-1460) como os reis

D. João II (1481-1495) e D. Manuel I (1495-1521) procuraram sistematicamente esse rei cristão que existia na África para lá do Magrebe islâmico e que se supunha ser poderosíssimo.²⁵ Para lá, nessa busca persistente do Preste, D. João II chegou a enviar forças militares à África para combaterem ao lado de aliados africanos, primeiro no Senegal e depois no Congo.²⁶ D. Manuel I, por sua vez, defendeu acerrimamente a aliança com Cochim; além disso, chegou a tentar estabelecer uma parceria ativa com o império de Vijayanagar, o grande potentado hindu que dominava o Sul da Índia. Mais tarde, a monarquia portuguesa voltou a ensaiar aproximações a outros reinos ou senhorios asiáticos, como foi o caso de alguns dáimios japoneses,²⁷ ou com populações cristãs, como a cristandade siro-malabar,²⁸ ou com outros grupos não-muçulmanos, como foi o caso dos Mandeus.²⁹

23 Sobre a fixação dos portugueses na costa chinesa seguimos, especialmente, W. Robert Usellis, *As Origens de Macau*, Macau: Museu Marítimo de Macau, 1995; Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto entre Dois Impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, Macau: Instituto Português do Oriente, 2000; o nosso estudo *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995.

24 Sobre a formação desta política isolacionista vejam-se as obras de Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, Lisboa: SHIP, 1999; Conrad Totman, *Tokugawa Iyasu: shogun*, Heian, 1983; Marius Jansen, *China in the Tokugawa World*, Cambridge, Massachusetts/Londres, 1992. No século XVI, os portugueses interferiram no curso da história militar nipônica, não só pela introdução de uma arma nova, mas também pelo modo como se relacionaram com determinados barões durante o período da guerra civil. Veja-se, por exemplo, a nossa obra *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaio de História Luso-Nipônica*. Lisboa: SHIP, 1999. No que respeita à presença portuguesa no Japão no início do xogunato dos Tokugawa veja-se o nosso estudo *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira (1598-1614)*, 2 v., Lisboa, 1998 (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), texto policopiado.

25 Sobre essa questão, vejam-se os estudos de Luís Filipe Thomaz: "A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de quatrocentos", in *De Ceuta a Timor...*, p. 43-147; "O projeto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)", *Ibidem*, p. 149-167; "L'idée impériale manuéline", in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris: CCP, 1990, p. 35-103.

26 Além do estudo de Luís Filipe Thomaz sobre a política joanina citado acima, veja-se o nosso estudo: "D. João II e a cristianização de África", in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 v., Porto, 1989, p. 405-416.

27 Cf. o nosso artigo "A Coroa Portuguesa e o Japão", in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n. 15, 1993, p. 26-33. Para os primórdios do relacionamento luso-nipônico é também importante o estudo de León Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon. 1547-1570*, Paris: CCP-CNCDP, 1993.

28 Cf. o nosso artigo "Os Portugueses e a Cristandade Siro-Malabar (1498-1530)", in *Stvdia*, Lisboa: CEHCA-IICT, n. 52, 1994, p. 121-178.

29 Cf. Roberto Gulbenkian, *Relações Político-Religiosas entre os Portugueses e os Mandeus da Baixa Mesopotâmia e do Kuzistão na Primeira Metade do Século XVII*, Lisboa, 1989.

Também o estabelecimento de ingleses e de franceses na América do Norte só foi possível devido ao modo como souberam cativar o apoio de algumas tribos índias. No que respeita à fixação dos franceses na costa nordeste da América, por exemplo, foi particularmente importante a sua associação aos hurons; sintomaticamente, sofreram a hostilidade dos iroqueses, que, por sua vez, se aproximaram dos holandeses.³⁰

Na Índia, a expansão britânica, além de tardia, só foi possível quando diversos reis e príncipes locais chamaram os ingleses a intervir nas suas disputas internas, a partir da segunda metade do século XVII.³¹ Apesar do seu enorme poderio militar e das forças navais que dispunham no Oceano Índico, no início da centúria setecentista, os europeus dominavam apenas pequeníssimos enclaves, à exceção do caso holandês em Java.³² Conforme referiu recentemente Jurrien van Goor, a penetração dos neerlandeses na Ásia assentou essencialmente na capacidade de adaptação aos condicionamentos de cada região,³³ seguindo um modelo assaz semelhante ao que havia sido utilizado pelos portugueses havia um século”.³⁴

30 Cf. Philippe Haudrère, *L'Empire des Rois (1500-1789)*, Paris: Éditions Denoel, 1997, p. 37-44.

31 Cf. *Histoire de l'Inde Moderne* (dir. de Claude Markovits), Paris: Fayard, 1994, p. 295-349.

32 Cf. Michel Morineau, *Les Grandes Compagnies des Indes Orientales (XVI-XIX siècles)*, Paris: PUF, p. 59-61. Para uma visão global da expansão holandesa vide Jonathan I. Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford: Clarendon Press, 1989.

33 Cf. Jurrien van Goor, “A hybrid state: the dutch economic and political network in Asia” in *From the Mediterranean to the China Sea* (ed. Claude Guillot, Denys Lombard e Roderich Ptak), Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1998, p. 193-214.

34 Esse modelo está claramente definido no estudo de Luís Filipe Thomaz, “A estrutura político-administrativa do Estado da Índia no século XVI”, in *De Ceuta a Timor...*, p. 207-244.

Mesmo as lutas travadas entre os impérios coloniais europeus no ultramar não se podem compreender corretamente, em regra, se não tivermos em linha de conta a intervenção de forças nativas. Além do caso do Brasil, que analisaremos mais adiante, veja-se que as grandes guerras anglo-francesas do século XVIII, ao se estenderem para o continente americano envolveram diversas tribos índias”.³⁵

No que respeita ao Oriente, importa notar que muitas das perdas do Estado português da Índia, ao longo do século XVII, se deveram quase sempre a ataques conjugados de forças euro-asiáticas. Foi uma armada anglo-persa que desalojou os portugueses de Ormuz, em 1622; depois, os holandeses contaram com o apoio de Calicute para minar a presença lusa no Malabar, encontraram no rei de Cândia o aliado decisivo para afastar os rivais do Ceilão e se beneficiaram do apoio do Achém para conquistar Malaca,³⁶ do mesmo modo que a sua penetração na costa do Choromandel não é compreensível sem se perceber a ação dos governantes locais;³⁷ pela intriga, os neerlandeses contribuíram ainda para a expulsão dos portugueses do Japão, mas a decisão e a execução da medida coube unicamente às autoridades nipônicas. Entretanto, os ataques de armadas da VOC a Mo-

35 Cf., por exemplo, Philippe Haudrère, op. cit., p. 287-309.

36 Cf. Anthony Disney, “A Queda de Ormuz, Malaca e Mombaça” in *Portugal no Mundo...*, v. 5, p. 38-50; Sanjay Subrahmanyam, “Os Holandeses na Insulíndia e no Ceilão, *Ibidem*, v. 5, p. 51-64.

37 Cf. Sanjay Subrahmanyam, “The Pulicat Enterprise: Luso-dutch conflict in South-Eastern India, 1610-1640” in *Improvising Empire. Portuguese trade and Settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*, Delhi: Oxford University Press, 1990, p. 188-215.

çambique, Goa ou Macau, embora prejudicassem as ligações marítimas dessas cidades nunca proporcionaram novos ganhos territoriais aos holandeses.

Serve, assim, este longo intróito para realçar um fenômeno muito comum na história da expansão européia, que podemos mesmo definir como um modelo condicionante da expansão militar do mundo ocidental: apesar de disporem de tecnologias mais desenvolvidas, os europeus raramente tiveram condições para se instalar noutros continentes sem a conivência de uma parte considerável das populações locais.

Esse modelo mostra-nos, por sua vez, uma outra realidade que nunca deve ser negligenciada – o avanço da expansão européia marca, de fato, uma Revolução Geográfica, pois o “desencravamento” das relações entre civilizações aproximou irreversivelmente as sociedades que haviam crescido dispersas e isoladas nas mais variadas regiões do planeta. No entanto, a chegada dos ocidentais não representou a interrupção de histórias idílicas, ou a destruição de civilizações harmoniosas; por todo o mundo, os europeus contataram amiúde com os conquistadores regionais, ou com povos que viviam num estado de guerra quase permanente e que, muitas vezes, infligiam tratamentos cruéis aos derrotados.

A esse estado de coisas, os europeus acrescentaram novas formas de domínio que provocaram inúmeras mortes em alguns casos acidentais, devido a epidemias,³⁸ mas

38 No Brasil, foram particularmente mortíferos dois surtos de varíola que, em 1562-63, vitimaram cerca de 30 mil índios que viviam nos arredores de Salvador. Cf.. Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa: Cosmos, 1995, p. 301.

muitas vezes decorrentes de atos deliberados de guerra. A chegada dos europeus é, assim, um marco significativo na história dos países de outros continentes, pois arrastou-os para um destino diferente, global, e trouxe consigo uma nova civilização que influenciou em proporções variáveis as culturas locais; nessas diferentes regiões o estilo da guerra também mudou, pois os recém-chegados traziam novas armas e novas táticas de combate, mas a crueza da luta sem quartel entre seres humanos nunca foi uma novidade; nessa matéria, a maior parte dos povos ultramarinos pouco tinha a aprender com os recém-chegados.

AS FORÇAS MILITARES PORTUGUESAS NO BRASIL

Em nosso entender, o caso da penetração e fixação dos portugueses na América do Sul constitui um exemplo paradigmático do modelo que acabamos de enunciar. Os primórdios da formação do espaço brasileiro, durante a centúria quinhentista, foram marcados por várias dinâmicas: a fixação de estabelecimentos ao longo da fachada atlântica, a penetração para o sertão, o impedimento da fixação de outras potências européias na orla costeira. Apesar das grandes dificuldades que os portugueses enfrentaram e das limitações que ainda caracterizavam a sua presença em solo americano em fins do século XVI, o Brasil começava então a ganhar forma e espírito, o que se devia, em grande medida, à capacidade militar das forças coordenadas pelos oficiais da Coroa lusa.

Com efeito, o lento aparecimento do Brasil resultou da vontade e da determina-

ção dos portugueses e baseou-se em inúmeros atos de guerra, que só foram possíveis porque estes souberam estabelecer alianças com várias tribos índias e arregimentar milhares de guerreiros indígenas para as suas hostes. O relacionamento entre colonos e nativos não foi sempre pacífico, e muitas vezes as tribos que haviam aceito inicialmente a presença portuguesa pegaram em armas quando se sentiram ameaçadas. Embora em alguns casos a repressão de pequenos focos de revolta tenha sido realizada por esquadrões compostos quase que apenas por homens de armas portuguesas, nem sempre as forças lusas sozinhas foram capazes de sustentar a reação dos indígenas. Num estudo recente, Luís Walter Coelho Filho chama a atenção para a disposição dos primeiros povoados portugueses na costa brasileira; estes terão sido criados num sistema que permitia a entreaajuda entre localidades próximas.³⁹ Mesmo assim, Francisco Pereira Coutinho foi incapaz de manter a sua posição na Baía de Todos os Santos e acabou por se retirar para Porto Seguro; Vasco Fernandes Coutinho, por sua vez, apesar de ter obtido vitórias importan-

tes quando da fundação da capitania do Espírito Santo, acabaria por não conseguir defender eficazmente os engenhos de açúcar construídos nas imediações de Vitória.

Após a chegada do primeiro governador-geral e dos jesuítas, tanto a política geral da Coroa como o relacionamento entre portugueses e índios sofreu alterações significativas. O novo sistema político gerou novas capacidades militares; os religiosos, por sua vez, dedicando-se especialmente à conversão dos nativos, estabeleceram novos laços e criaram novas possibilidades de cooperação.

Parece-nos particularmente significativo o fato de a expedição de Tomé de Sousa, inauguradora do governo-geral, ter sido antecedida do envio de um navio comandado por Gramatão Teles, que tinha por missão informar os portugueses estabelecidos na região da Bahia, a fim de que estes assegurassem a colaboração dos índios da região.⁴⁰ Ao apostar decididamente na colonização do Brasil, D. João III não ordenou uma manifestação de força, tendo antes procurado privilegiar o reforço de laços amigáveis com as tribos mais permeáveis ao contato com os portugueses.

Assim, quando foi necessário enfrentar os tupinambás do Reconcâvo Baiano, em 1559, Mem de Sá pôde organizar uma hoste composta por trezentos portugueses e quatro mil tupinambás dos aldeamentos jesuítas. Passados três anos, a centenas de léguas da capital, o assalto à vila de São Paulo foi repellido pelas forças comandadas por João Ramalho e pelo morubixaba Martim Afonso Tibiriçá.⁴¹

39 "O abandono da Baía de Todos os Santos ampliou o isolamento da Ilha de Tinharé. Quem observar o mapa original do povoamento português perceberá que as vilas nas capitanias eram erguidas em sítios vizinhos. Itamaracá, Igarauçu e Olinda, ao norte; Vila do Pereira e Tinharé no Centro; Vitória e Vila da Rainha, a sudeste; e São Vicente, Santos e Conceição, ao sul. O fenômeno não tem qualquer referência documental, mas constitui fato previsível. O sentido era o auxílio mútuo em um tempo onde as guerras repentinas eram comuns. A única vila que permaneceu sem qualquer proximidade acentuada foi a de Porto Seguro, porém na capitania existia mais uma vila." Luís Walter Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge e a Década do Açúcar (1541-1550)*, Salvador: Editora Vila Velha, 2000, p. 54.

40 Cf. Jorge Couto, op. cit., p. 239.

41 Cf. ibidem, p. 265-267.

Essa realidade acompanha toda a história do Brasil quinhentista. Veja-se, por exemplo, que no período inicial da colonização, quando foi experimentado o sistema das capitânicas-donatárias, as únicas que foram bem-sucedidas (Pernambuco e São Vicente) foram aquelas em que os capitães conseguiram estabelecer boas relações com os índios, ao contrário do que sucedeu nos casos mencionados atrás. Por isso, Filipe Carvalho salienta que as vitórias obtidas pelos portugueses em meados dos quinhentos resultaram da qualidade do seu armamento e da “possibilidade de recorrerem a combatentes indígenas aliados ou subordinados”.⁴² Assim, o Brasil colonial nasceu por vontade dos portugueses, mas sob a proteção dos índios que aceitaram a presença dos homens vindos do mar e que cedo começaram mesmo a gerar com eles uma sociedade mestiça.⁴³

Essa miscigenação, profusamente notada pelos jesuítas assim que chegaram ao território,⁴⁴ contribuiu consideravelmente para

este entendimento, pois os luso-americanos cruzavam em si diferentes teias de solidariedade assim como diversas experiências tecnológicas de adaptação ao meio.

Esta era, provavelmente, a melhor forma de os europeus conseguirem estabelecer-se na região; ao avaliar as razões do insucesso do projeto francês de instalação na Guanabara, Jorge Couto salienta o fato de Villegagnon, o comandante da expedição, assim como os seus capelães calvinistas terem menosprezado os indígenas e terem evitado a miscigenação;⁴⁵ acrescenta ainda que o abandono definitivo da região pelos franceses também decorreu da derrota dos tamoios, o que privou os súditos da Coroa gaulesa dos indispensáveis apoios locais.⁴⁶

No convívio entre os indígenas e a potência colonial desenvolveram-se dois modelos de relacionamento, logo na centúria quinhentista: os *aliados* e os *aldeados*.⁴⁷ Os aliados permaneciam para lá dos territórios sob domínio efetivo dos portugueses, mas

42 *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620...*, p. 158. A esse propósito, na mesma obra, Maria Beatriz Nizza da Silva refere que inicialmente a organização militar dependia “unicamente da atuação de cada governador-geral ou de cada um dos governadores locais das capitânicas e assentando fundamentalmente nas alianças indígenas e nos índios aldeados. *Ibidem*, p. 377.

43 Cf. Jorge Couto, *op. cit.*, p. 311-313.

44 Recém-chegado ao Brasil, Manuel da Nóbrega testemunhava essa realidade, ao afirmar, em carta de 6 de janeiro de 1550, que, em Porto Seguro, “muitos cristãos, por serem pobres, se casaram com as mulheres negras da terra, mas bastantes outros voltarão ao nosso Reino por não os querermos absolver, ainda que tenham filhos, por serem casados em Portugal”. (*Monumenta Brasiliae* (ed. Serafim Leite S. J.), 5 v., Roma: IHSI, 1956-1968, v. 1, p. 165-166 – obra doravante citada pela sigla MB). Descrevia situações semelhantes ao referir a sociedade pernambucana, em 13 setembro do ano seguinte (cf. MB, 1, p. 284-289), a baiana em fins de julho de 1552 (cf. MB, 1, p. 369-375), e a vicentina em 12 de fevereiro de 1553 (cf. MB, 1, p. 420-424).

45 Cf. Jorge Couto, *op. cit.*, p. 253.

46 Cf. *ibidem*, p. 261-262. Segundo Philippe Haudrère, Villegagnon, “militar e teólogo, antigo cavaleiro de Malta, mas também condiscípulo de Calvino, na Faculdade de Direito de Orleães” deu uma orientação muito rígida à colônia, pelo que procurou impor o casamento religioso entre os seus homens e as indígenas (cf. P. Haudrère, *op. cit.* p. 29). Parece claro, porém, que eventuais relações ilegais não deram frutos significativos, ao contrário do que sucedeu desde cedo no caso português.

47 Cf. Beatriz Perrone-Moisés, “Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil” in *Congresso Luso-Brasileiro. Portugal – Brasil, Memórias e Imaginários – Actas*, 2 v., Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2000, p. 147-164, p. 148. A esse propósito, Filipe Carvalho refere igualmente que a organização militar dependia inicialmente da atuação de cada governador-geral ou de cada um dos governos locais das capitânicas e assentando fundamentalmente nas alianças indígenas e nos índios aldeados. *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620...*, p. 377.

eram-lhes leais e constituíam, por isso, uma espécie de guarda avançada – “as muralhas do sertão”, na curiosa expressão retomada recentemente por Beatriz Perrone-Moisés. Os aldeados, por sua vez, conviviam de perto com os brancos e participavam ativamente nas campanhas levadas a cabo pelos oficiais da Coroa; constituíam mesmo o grosso das forças que combatiam sob a bandeira d’el-rei de Portugal.

Dispomos, de fato, de muitos exemplos que nos mostram esta proporção. As lutas luso-francesas travadas pelo domínio da Baía de Guanabara, por exemplo, contaram com a presença de soldados europeus, enquadrados por centenas de guerreiros, inimigos entre si, que por isso colaboravam com um ou outro dos rivais europeus. Nos combates feridos em 1560, os franceses acantonados no Forte de Coligny seriam de cento e cinquenta a duzentos e contavam com o apoio de cerca de oitocentos tamoios.⁴⁸ Ao lado dos portugueses combateram temiminós, vindos do Espírito Santo, tupiniquins, oriundos de São Vicente, e maracajás, inimigos diretos dos tamoios. Após os combates principais (1561-1565), o controle da Baía de Guanabara foi assegurado pela conjugação de esforços dos colonos portugueses e das suas tribos aliadas, a quem os oficiais da Coroa outorgaram sesmarias; finalmente, a campanha destinada a eliminar a concorrência dos últimos franceses e a expulsar os tamoios da região decorreu em 1575, tendo contado com a participação de quatrocentos colonos e de setecentos índios.⁴⁹

48 Cf. *Ibidem*, p. 160.

49 Cf. Jorge Couto, *op. cit.*, p. 256-261.

A progressão para o norte, em direção à foz do Amazonas, foi protagonizada por hostes mistas, sempre com a preponderância do elemento indígena. Em 1584, por exemplo, no avanço em direção à Paraíba participaram trezentos europeus, mais de cem africanos e uns quinhentos índios; mais tarde, a expedição que partiu à conquista do Rio Grande do Norte, em 1590, tinha nas suas forças terrestres 178 europeus e mais de oitocentos índios; em 1603, a primeira expedição ao Ceará também foi levada a cabo por um corpo de 65 europeus e duzentos índios frecheiros potiguares e tabajaras, e ao longo da campanha os portugueses agregaram à sua hoste milhares de guerreiros.⁵⁰

Os índios aldeados constituíam uma força de reserva permanente que permitia a deslocação de centenas de guerreiros em casos de emergência; no início do século XVII, cerca de 1.300 frecheiros potiguares foram enviados para Ilhéus para defender a região dos ataques dos aimorés.⁵¹

O PAPEL DOS JESUÍTAS

Apesar da dependência em relação aos índios para a organização de esquadrões de guerra que assegurassem a sobrevivência da colônia, é sabido que a atitude dos portugueses para com os indígenas americanos era globalmente depreciativa e que a maioria dos colonos encarava favoravelmente a sua escravização, embora recorrendo muitas vezes à captura de tribos distantes e não das que lhes faziam vizinhança. Assim, o estabelecimento de relações sólidas com

50 Cf. *O Império Luso Brasileiro 1500-1620...*, p. 173-183.

51 Cf. *Ibidem*, p. 184.

determinadas tribos e o posterior enquadramento dos seus guerreiros nas fileiras da hoste lusitana exigia um trabalho de aproximação gradual: em primeiro lugar era necessário consolidar um relacionamento pacífico e atrair as tribos para as imediações das localidades fundadas pelos portugueses; mais tarde, a sua participação nas campanhas militares lusas exigia a presença de *oficiais de ligação*, indivíduos que conhecessem bem a língua dos índios e que fossem respeitados por todos a fim de poderem sanar qualquer crispação que surgisse entre europeus e americanos durante as expedições. Desde que chegaram ao Brasil, os religiosos da Companhia de Jesus desempenharam um papel importantíssimo na articulação entre os dois grupos.

Em primeiro lugar coube-lhes o papel principal na fixação de muitas tribos nos aldeamentos criados nas imediações das vilas do Império; além disso, após um período de adaptação à terra e às suas gentes,⁵² acompanharam regularmente os corpos militares mistos que iam forjando os primeiros capítulos da história do Brasil. De fato, era comum a presença de jesuítas nas hostes, onde desempenhavam, em regra, duas funções: serviam como capelães e como tradutores. É provável que a primeira intervenção dos padres da Companhia neste papel duplo tenha ocorrido em 1551, quando Manuel da Nóbrega participou de uma expedição punitiva organizada por Tomé de Sousa, em que participaram também alguns

52 Em setembro ou outubro de 1553, Nóbrega afirmava que a Companhia não dispunha de intérpretes em Salvador; apenas em São Vicente dispunha de “alguns irmãos línguas”. (cf. MB, 2, p. 15-17).

índios convertidos.⁵³ Mais tarde, na expedição que atacou a Guanabara, em 1561, seguiam o “padre Manuel de Paiva como confessor dos expedicionários e o irmão Gregório Serrão, como língua dos índios cristãos”.⁵⁴ Estavam também dois jesuítas na armada que foi fundar a cidade do Rio de Janeiro,⁵⁵ e outros religiosos da Companhia seguiam na expedição que partiu à conquista do Rio Grande do Norte.⁵⁶

Paladinos da defesa da liberdade dos índios, opositores assumidos da sua escravização,⁵⁷ os jesuítas não hesitavam em apoiar os esforços de expansão política da Coroa, ainda que à custa da guerra com outros índios. Embora discordassem da forma como os colonos encaravam as populações nativas, os religiosos sabiam que o avanço das armas lusas proporcionar-lhes-ia a criação de novas bases; além disso, a experiência lhes ensinara que, a partir desses novos focos de irradiação missionária, poderiam explorar as divisões dos

53 Cf. Jorge Manuel Martins Guerreiro, “Pirataria e corso no litoral brasileiro no reinado de D. João III – a resposta administrativa e militar portuguesa às ofensivas estrangeiras” in *I Simpósio de História Marítima. As Navegações Portuguesas no Atlântico e o Descobrimento da América*, Lisboa: Academia de Marinha, 1994, p. 179-194.

54 Serafim Leite S. J., *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, Braga: Livraria A. I., p. 27.

55 “Por fim, consertada e fortalecida com mais gente, a armada sai de São Vicente a 22 de janeiro de 1565. Nóbrega ficou na capitania para assegurar a retaguarda e enviou nela um padre (Gonçalo de Oliveira) e um irmão (José de Anchieta), grandes línguas, ambos para terem mão nos índios da armada, e o padre, além disso, para administrar os sacramentos.” *Ibidem*, p. 34.

56 Cf. *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620...*, p. 181.

57 A posição dos jesuítas nessa matéria começou a desenhar-se bem cedo, pois logo em 9 de agosto de 1549 Manuel da Nóbrega criticava o modo como muitos índios eram cativados (cf. MB, 1, p. 119-132).

indígenas e encontrar novas tribos disponíveis para se associarem aos portugueses, mesmo que para isso tivessem que abdicar de alguns hábitos tradicionais e se dispusessem a adotar a religião dos europeus.

Numa carta escrita na Bahia, em 5 de julho de 1559, Nóbrega comentava a submissão de tribos de Paraguaçu e de Tinharé, nos seguintes modos:

E é esta uma cousa tão grande que nunca os cristãos desta terra souberam desejar nem querer tanto, porque tinham por impossível poderem-se domar aqueles nem poderem-se-lhes dar guerra nas suas aldeias, por serem os caminhos de muitos matos e águas e serras fragosas. E fez isto um mancebo, que se chama Vasco Rodrigues de Caldas, por mandado do governador, com bem pouca gente, que não eram oitenta pessoas, mas ajudaram mui bem os nossos catecúmenos destas três povoações, os quais com muita fidelidade e diligência servem nestas guerras e à sua custa [...] ⁵⁸

Deve notar-se, todavia, que esses missionários, embora herdeiros do espírito da guerra santa, ⁵⁹ preferiam, sem dúvida, a relação pacífica com os nativos. Parece-nos particularmente significativa uma carta escrita por Manuel da Nóbrega em São Vicente, em outubro de 1553, em que afirmava:

[...] a maior parte da Companhia residimos [na capitania de São Vicente] por ser ela terra mais aparelhada para a

conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os cristãos; e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão de que temos boas informações. ⁶⁰

A resistência de muitas tribos índias à expansão dos portugueses levaria, porém, o missionário em cartas posteriores a reaproximar-se do ideal da Cruzada, como se nota numa carta de 5 de julho de 1559, em que afirmava: “Bem me pareceria a mim conquistar-se a terra e repartir-se os índios por os moradores obrigando-se a doutriná-los;” ⁶¹ e noutro passo, referindo-se às dificuldades por que passavam os colonos da região de Ilhéus, acrescentava: “[...] e o mesmo será de todas as outras capitanias em que o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os castelhanos nas terras que conquistam.” ⁶²

A ação dos filhos de Santo Inácio não se resumia ao estabelecimento de alianças e recrutamento de reforços que engrossassem o dispositivo militar português. Em 1562, por exemplo, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, numa jogada deveras ousada, entraram em contato com os tamoiós de Iperoig, aliados dos franceses, e lograram atraí-los para o campo lusitano; terão, assim, evitado que essa tribo acrescentasse uma força calculada em duzentas canoas aos homens que enfrentavam os portugueses na Guanabara. ⁶³

Além da participação ativa nas campanhas contra os franceses, os filhos de Santo

58 MB, 3, p. 58.

59 Sobre esse conceito e o modo como condicionou o início da expansão portuguesa vide Luís Filipe Thomaz, “Descobrimientos e Evangelização, da Cruzada à Missão Pacífica”, in *Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, 4 v., Braga, 1993, v. 1, p. 81-129.

60 MB, 2, p. 15.

61 MB, 3, p. 93.

62 MB, 2, p. 102-103.

63 Cf. Serafim Leite, S. J., op. cit., p. 29-33.

Inácio desempenharam um outro papel assaz importante neste episódio, pois contribuíram para a desmobilização dos apoios na metrópole. Com efeito, quanto retornou à França, em 1559, Villegagnon solicitou aos padres da Companhia da província gaulesa que se encarregassem da missionação da França Antártica, mas estes, depois de se corresponderem com os seus irmãos de Portugal, declinaram o convite. Villegagnon obteve depois o apoio dos franciscanos, mas passara o tempo e a colônia fora neutralizada pelas forças portuguesas.⁶⁴

Por esta altura, a participação de religiosos da Companhia em expedições militares era, sem dúvida, freqüente, pois em 1568 o visitador Inácio de Azevedo entendeu que devia legislar sobre a matéria, tendo determinado:

Assi mesmo não vão os nossos às guerras sem ordem do provincial; poderão contudo ir quando o governador se achasse em qualquer capitania e fosse ele mesmo, e pedisse que fossem com ele pera confessarem os feridos e ajudá-los?⁶⁵

A intromissão dos membros da Companhia de Jesus em atividades profanas não sucedeu apenas no Brasil. É célebre o caso dos missionários de Pequim que, pelas suas atividades científicas, davam cobertura ao trabalho apostólico dos seus companheiros espalhados pelo Celeste Império.⁶⁶ cremos, no entanto, que o caso em que podemos estabelecer um certo paralelo com o de-

64 Cf. P. Haudrière, op. cit., p. 29-30.

65 MB, 4, p. 488.

66 Sobre a missionação da China vide, por exemplo, Jean-Pierre Duteil, *Le Mandat du Ciel, le Rôle des Jésuites en Chine*, Paris: Éditions Arguments, 1994; Jonathan Spence, *Le Palais de Mémoire de Matteo Ricci*, Paris: Payot, 1986; Francisco Rodrigues S. J., *Jesuítas Portugueses, Astrônomos na China, 1583-1805*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990.

sempenho dos missionários do Brasil é o do Japão. No país do Sol Nascente, alguns jesuítas intervieram em vários episódios da guerra civil japonesa, sobretudo entre 1550 e 1587, procurando apoiar ou favorecer os interesses dos dáimios cristãos; é muito provável que essa capacidade de intervir nos acontecimentos político-militares tenha contribuído para que o novo poder central, que se afirmou no final dos quinhentos, tivesse hostilizado rapidamente o Cristianismo e os religiosos da Companhia.⁶⁷

CONCLUSÃO

A colaboração dos jesuítas com as forças militares que forjaram o Brasil no século XVI enquadra-se, assim, em diferentes dinâmicas da expansão européia e, em particular, da diáspora lusíada pelo mundo. Ao atuarem como elo de ligação entre índios e portugueses, contribuíram consideravelmente para o fortalecimento do potencial militar luso na América. Todavia, não era esta a sua principal vocação; homens do seu tempo, ainda influenciados pelo velho ideal da Cruzada e empenhados na evangelização, viam a guerra como uma inevitabilidade que assegurava o crescimento do império e que lhes abria espaços novos em que podiam prosseguir o anúncio do Evangelho, embora preferissem, como vimos, o trabalho pastoral enquadrado num relacionamento pacífico com os indígenas.



67 Cf. George Elison, *Deus Destroyed, the Image of Christianity in Early Modern Japan*, Cambridge, Massachusetts/Londres: Harvard University, 1988, p. 50-51; veja-se ainda o nosso artigo "A interferência portuguesa na história militar japonesa", in *Revista Militar*, Lisboa, II século, v. 51, n. 1/99, 1999, p. 299-318.